



Processo nº : 10480.012465/95-37

Recurso nº : 106.171

Acórdão nº : 201-76.126

Recorrente : INTERLÂNDIA LTDA.

Recorrida : DRJ em Recife - PE

FINSOCIAL – TRD – Exclui-se a TRD no periodo apontado na IN SRF nº 32/97. O ICMS compõe a base imponível do FINSOCIAL (Súm. 94 do STJ).

Recurso parcialmente provido.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por: INTERLÂNDIA LTDA.

ACORDAM os Membros da Primeira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, **por unanimidade de votos, em dar provimento parcial ao recurso**, nos termos do voto do Relator.

Sala das Sessões, em 18 de junho de 2002.

Josefa Maria Coelho Marques
Josefa Maria Coelho Marques
Presidente

Jorge Freire
Jorge Freire
Relator

Participaram, ainda, do presente julgamento os Conselheiros Antônio Mário de Abreu Pinto, José Roberto Vieira, Gilberto Cassuli, Antônio Carlos Atulim (Suplente), Adriene Maria de Miranda (Suplente) e Rogério Gustavo Dreyer.

Eaal/ovrs



Processo nº : 10480.012465/95-37

Recurso nº : 106.171

Acórdão nº : 201-76.126

Recorrente : INTERLÂNDIA LTDA.

RELATÓRIO

Versam os autos sobre lançamento de FINSOCIAL à alíquota de meio por cento, incluso o valor do ICMS na base imponível, referente aos períodos de janeiro a março de 1992.

Em sua petição recursal a epigrafada aponta preliminar de nulidade do lançamento por cerceamento do seu direito de defesa, vez que o mesmo não “*diz nem a base de cálculo, nem a alíquota e menos ainda o índice inflacionário utilizado para correção do débito*”. Porém, no mérito, insurge-se contra a incidência da TRD no ano de 1991, e contra a inclusão do ICMS na base de cálculo do guerreado tributo.

É o relatório.



Processo nº : 10480.012465/95-37
Recurso nº : 106.171
Acórdão nº : 201-76.126

VOTO CONSELHEIRO-RELATOR
JORGE FREIRE

A preliminar deve ser espancada. Não houve prejuízo algum à defesa para que bem manifestasse suas razões. Demais disso, identifico no lançamento a devida motivação e embasamento legal.

E, no mérito, a matéria já não comporta discussões, posto que reiteradamente decidida neste Colegiado em determinado sentido. Exclui-se a TRD no período entre fevereiro a julho de 1991, nos termos da IN SRF nº 32/97, e mantém-se a inclusão do ICMS na base imponível do FINSOCIAL, matéria já sumulada pelo STJ.¹

Face a tal, DOU PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO PARA O FIM DE EXCLUIR DO LANÇAMENTO A TRD NO PERÍODO E TERMOS DA IN SRF nº 32/97.

É assim que voto.

Sala das Sessões, em 18 de junho de 2002.

JORGE FREIRE

¹ "A PARCELA RELATIVA AO ICMS INCLUI-SE NA BASE DE CALCULO DO FINSOCIAL" – Súmula 94 do STJ. DJ 28.02.1994.